

SUMÁRIO

Capítulo 1 – O Homem e sua Relação com o Meio Ambiente	1
1.1. A percepção do problema e a busca das soluções	5
1.2. As normas de proteção dos recursos naturais	8
1.3. Os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente	14
Capítulo 2 – O Processo de Licenciamento	17
Capítulo 3 – Licenças ambientais	27
3.1. Conceito.....	27
3.2. Tipos de licenças ambientais	29
3.3. Definição de competências para licenciar.....	31
3.4. Prazos para o licenciamento e sua validade	32
Capítulo 4 – Os Estudos Ambientais para o Licenciamento	35
4.1. Introdução.....	35
4.2. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima).....	36
4.3. Estudos ambientais simplificados ou específicos	41
4.4. Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD.....	43
4.5. Análise de Risco e Programas de Monitoramento	44
4.6. Processo de licenciamento ambiental.....	45
Capítulo 5 – Licenças e Registros	47
5.1. Introdução.....	47
5.2. Atividades cujo registro e/ou licenciamento ambiental são obrigatórios.....	47

5.3. Atividades cujo licenciamento depende da apresentação de estudos ambientais prévios.....	51
5.4. Atividades e instrumentos de defesa ambiental.....	53
5.5. Atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais	54
5.6. Órgãos ambientais nos Estados	56
Capítulo 6 – Atividades Relacionadas com a Flora	71
6.1. Previsões legais.....	71
6.2. Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS.....	82
6.3. Desmatamento para uso alternativo do solo	92
6.4. Supressão de vegetação para outras atividades.....	104
6.5. Supressão de vegetação em função de risco	106
6.6. Corte de árvores plantadas.....	107
6.7. Reposição florestal e plano integrado florestal.....	110
6.7.1. Reposição florestal obrigatória.....	110
6.7.2. Plano de Suprimento Sustentável.....	113
6.8. Supressão de vegetação através do uso de fogo	114
6.9. Utilização de produtos florestais.....	118
6.9.1. Autorização para o transporte de produtos florestais.....	118
6.9.2. Documento de Origem Florestal – DOF.....	122
6.10. Comercialização de produtos florestais	124
6.11. Exportação de produtos florestais.....	125
6.12. Fabricação de carvão	126
6.13. Transformação de madeira	127
6.14. Uso e comércio de motosserras	128
6.15. O combate aos desmatamentos ilegais na Amazônia	129
Capítulo 7 – Atividades Relacionadas com a Fauna.....	133
7.1. Conceitos	133
7.2. Fauna ameaçada de extinção e listas Cites.....	136
7.3. Criadouros de fauna.....	137
7.3.1. Criadouros para fins comerciais e industriais.....	137
7.3.2. Comerciante de animais vivos, abatidos, partes e produtos	139
7.3.3. Criadouros conservacionistas	140

7.3.4. Jardins zoológicos.....	141
7.3.5. Criadores amadoristas de passeriformes da fauna silvestre brasileira.....	143
7.4. Marcação e identificação de animais.....	151
7.5. Animais de estimação.....	152
7.5.1. Consulta pública para inclusão de espécies.....	153
7.6. Coleta de material zoológico.....	153
7.7. Anilhamento de aves.....	155
7.8. Circos ou outras formas de utilização de animais.....	156
Capítulo 8 – Atividades Relacionadas aos Recursos Hídricos.....	159
8.1. Introdução.....	159
8.2. Outorga de direito de uso dos recursos hídricos.....	162
8.3. Licenciamento de empreendimentos de irrigação.....	164
8.4. Licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental.....	166
8.5. Outorga de recursos hídricos para implantação de barragens.....	169
8.6. Dragagem e alijamento de materiais em águas jurisdicionais brasileiras.....	170
Capítulo 9 – Atividades Relacionadas com a Pesca.....	173
9.1. Conceito.....	173
9.2. Proibição de pesca.....	176
9.3. Pesca com estruturas fixas.....	179
9.4. Peixes ornamentais.....	180
9.5. Aquicultura.....	181
9.6. Carcinicultura.....	184
9.6.1. Carcinicultura em unidades de conservação.....	186
9.7. Exploração de algas.....	187
Capítulo 10 – Patrimônio Genético.....	191
10.1. Introdução.....	191
10.2. Convenção sobre diversidade biológica.....	192
10.3. Regulamentação da convenção.....	193
10.4. Conhecimento tradicional associado.....	193
10.5. Deliberações do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGPG.....	194



10.5.1. Solicitações de acesso ao conhecimento tradicional associado	194
10.5.2. Anuência prévia junto a comunidades indígenas e locais.....	195
10.5.3. Contratos de utilização do patrimônio genético e de repartição de benefícios	195
10.5.4. Acesso a componente genético com finalidade de bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico.....	196
10.5.5. Fiéis depositários de amostras	196
10.5.6. Remessa de amostras de componentes do patrimônio genético.....	196
10.5.7. Transporte de amostras de componentes do patrimônio genético.....	197
10.6. Licença ambiental para coleta, transporte e armazenamento de espécimes.....	198
Capítulo 11 – Organismos Geneticamente Modificados – OGM.....	199
11.1. Previsão legal	199
11.2. Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio	200
11.3. Licenciamento ambiental de OGMs.....	201
11.4. Diretrizes para elaboração de estudos ambientais para OGM.....	202
11.5. Termo de Referência do Ibama.....	206
11.6. Registro no Cadastro Técnico Federal	211
11.7. Glossário.....	212
11.7.1. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005.....	212
11.7.2. Resolução Conama nº 305, de 12 de junho de 2002.....	213
Capítulo 12 – Defensivos Agrícolas e Outros Produtos de Controle de Pragas	215
12.1. Legislação de regência	215
12.2. Regulamentação da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989	217
12.3. Registros de produtos	218
12.4. Registro de pessoas físicas ou jurídicas que comercializam os produtos.....	219
12.5. Prestadores de serviço.....	219
12.6. Devolução de embalagens vazias	220
12.7. Controle de pragas através de agentes biológicos	221
Capítulo 13 – Dispersantes Químicos	223
Capítulo 14 – Meio Ambiente Urbano.....	227

14.1. O novel Estatuto da Cidade	227
14.2. Estudo de impacto de vizinhança.....	228
14.3. Principais atividades sujeitas ao licenciamento ambiental	229
14.3.1. Disposição de lixo.....	230
14.3.2. Captação de água subterrânea.....	234
14.3.3. Postos de combustível	235
14.3.4. Parcelamento do solo.....	238
14.3.5. Instalações industriais.....	241
Capítulo 15 – Projetos de Assentamento de Reforma Agrária.....	245
15.1. Licenciamento de assentamentos rurais.....	245
15.2. Assentamento em áreas com passivo ambiental preexistente	248
Capítulo 16 – Compensação Ambiental.....	249
16.1. Compensação por significativo impacto ambiental.....	249
16.2. Participação dos municípios nos recursos da compensação.....	252
Capítulo 17 – O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.....	255
Capítulo 18 – Regulamentação do Art. 23 da Constituição Federal	259
18.1. Projetos de lei complementar	259
18.2. Projeto de lei complementar nº 12-B, de 2003.....	262
18.3. Participação popular.....	273
Capítulo 19 – Jurisprudência dos Tribunais sobre Licenciamento Ambiental.....	275
19.1. Supremo Tribunal Federal.....	277
19.1.1. Conflito de competência	277
19.2. Superior Tribunal de Justiça.....	278
19.2.1. Ministério Público. Interesse de agir.....	278
19.2.2. Competência supletiva	279
19.2.3. Interesse da União (Aneel)	280
19.2.4. Interesse da União (Ibama).....	281
19.2.5. Suspensão do procedimento de licenciamento	282
19.2.6. Exploração de minério em margem de curso d’água	283
19.2.7. Empreendimento que afeta o mar territorial.....	286



19.2.8. Embargo de empreendimento	287
19.2.9. Licenciamento de órgão ambiental competente	288
19.2.10. Licenciamento ambiental obrigatório.....	289
19.2.11. Loteamento sem licenciamento ambiental.....	289
19.2.12. Contraditório e ampla defesa.....	289
19.2.13. Competência federal.....	291
19.2.14. Direito de construir.....	292
19.3. Tribunais Regionais Federais.....	293
19.3.1. Competência material remanescente	293
19.3.2. Assentamento para reforma agrária	295
19.3.3. TCFA – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.....	295
19.3.4. Princípio da precaução.....	296
19.3.5. Usina hidrelétrica de impacto local	297
19.3.6. Competência supletiva	297
19.3.7. Competência supletiva	298
19.3.8. Construção nas margens de rio federal.....	299
19.3.9. Organismos Geneticamente Modificados – OGMS.....	300
19.3.10. Discricionariedade para exigir o EIA/Rima.....	315
19.3.11. Impacto sobre parque nacional	316
19.3.12. EIA/Rima. Casos de obrigatoriedade	317
19.3.13. Licenciamento simplificado.....	318
19.3.14. Licenciamento em zona costeira	318
19.3.15. Extração de areia em área de preservação ambiental	319
19.3.16. Terras indígenas ou bens de domínio da União.....	319
19.3.17. Princípio da precaução.....	320
19.3.18. Princípio da precaução	321
19.3.19. Princípio da precaução	323
19.3.20. Ausência de licença ambiental	324
19.3.21. Impacto socioambiental.....	325
19.3.22. Desenvolvimento sustentável.....	325
19.3.23. Licenciamento de obras distintas	328
19.3.24. Licenciamento ambiental e multa administrativa	328
19.3.25. Legalidade de auto de infração	328
19.3.26. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA	329
19.3.27. Competência privativa para licenciar.....	330
19.3.28. Licenciamento ambiental integrado.....	331
19.3.29. Discricionariedade administrativa.....	332
19.3.30. Cancelamento de licença ambiental.....	333
19.3.31. Empresa de gêneros agrícolas.....	334



19.3.32. Omissão do órgão ambiental.....	334
19.3.33. Organismos Geneticamente Modificados – OGMs	336
19.3.34. Constitucionalidade da Resolução Conama nº 237/97.....	340
19.3.35. Atuação supletiva.....	341
19.3.36. Licenciamento de atividade de carcinicultura.....	341
19.3.37. Licenciamento em terreno de marinha	342
19.3.38. Supressão de vegetação de mata atlântica.....	343
19.3.39. Constitucionalidade da Resolução Conama nº 237/97.....	343
19.3.40. Disposição indevida de resíduos industriais	344
19.3.41. Dano ambiental presumido	344
19.3.42. Nulidade de licença ambiental	345
19.3.43. Extração de minerais da Classe II	346
19.3.44. Aterro sanitário.....	346
19.3.45. Competência estadual.....	347
19.3.46. Interesse público.....	347
19.3.47. Princípios da proteção, precaução e cautela	348
19.3.48. Interesse nacional ou regional	349
19.3.49. Medidas acautelatórias.....	349
19.3.50. Suspensão de atividade de carcinicultura.....	351
19.3.51. Licenciamento em terras indígenas.....	356
19.3.52. Carcinicultura em zona costeira	357
19.3.53. Ocupação de praia	358
19.3.54. Rodovia. Construção sem licença ambiental.....	359
19.3.55. Carcinicultura. Necessidade de EIA/Rima	360
19.3.56. Licenciamento em área urbana.....	361
19.3.57. Manguezal	362
19.3.58. Competência para licenciamento ambiental.....	363
19.3.59. Manguezal	363
19.3.60. Extração de areia em leito de rio.....	364
19.3.61. Construção de estrada de rodagem.....	365
19.3.62. Loteamento em área de preservação permanente	366
19.3.63. Estudo de viabilidade ambiental.....	366
19.3.64. Competência para o licenciamento	367
Referências	369